

Evidenciação do capital intelectual nas empresas do segmento de papel e celulose, registradas na BOVESPA

Thaiseany de Freitas Rêgo (UnB/UFPB/UFRN) - thaiseany@hotmail.com

Pedro Lopes de Araújo Neto (UnB/UFPB/UFRN) - planpedro@yahoo.com.br

Eliedna de Sousa Barbosa (UnB/UFPB/UFRN) - eliedna.barbosa@gmail.com

Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante (UFPB) - pmcavalcante@ccsa.ufpb.br

Resumo:

Com as modificações sociais advindas do processo de globalização dos mercados e o conseqüente desenvolvimento da denominada “Era do conhecimento”, tem-se percebido uma maior preocupação, por parte dos profissionais que atuam na área contábil, no que diz respeito ao reconhecimento e a forma de evidenciação do capital intelectual das empresas. Nesse contexto, o capital intelectual pode ser entendido como a diferença positiva, existente entre o valor de mercado e o valor contábil de uma empresa, e o mesmo pode ser expresso em termos numéricos ao levar-se em consideração o capital humano, estrutural e de relacionamento de uma empresa. Diante disso, o presente artigo teve como objetivo verificar se as empresas do segmento de papel e celulose, que possuem suas ações negociadas na BOVESPA, estão evidenciando seu capital intelectual. Para isso, fez-se necessário à utilização e análise dos documentos relativos às notas explicativas e aos relatórios da administração das empresas que se enquadram no segmento de papel e celulose, referentes ao ano de 2006. Por fim, dentre os resultados encontrados, percebeu-se que são sete as empresas que se enquadram registradas no referido segmento, e que todas as empresas evidenciam, de uma forma ou de outra, informações relativas ao capital intelectual, estando 16% delas apresentadas por meio de notas explicativas e a maioria, ou seja, 84% por meio dos relatórios da administração, destacando-se que as empresas de maior faturamento tendem a evidenciar uma maior quantidade de informações relacionadas com a formação do capital intelectual.

Palavras-chave: Segmento de papel e celulose. Evidenciação. Capital intelectual.

Área temática: Gestão do Conhecimento e Capital Intelectual

Evidenciação do capital intelectual nas empresas do segmento de papel e celulose, registradas na BOVESPA

Resumo

Com as modificações sociais advindas do processo de globalização dos mercados e o conseqüente desenvolvimento da denominada “Era do conhecimento”, tem-se percebido uma maior preocupação, por parte dos profissionais que atuam na área contábil, no que diz respeito ao reconhecimento e a forma de evidenciação do capital intelectual das empresas. Nesse contexto, o capital intelectual pode ser entendido como a diferença positiva, existente entre o valor de mercado e o valor contábil de uma empresa, e o mesmo pode ser expresso em termos numéricos ao levar-se em consideração o capital humano, estrutural e de relacionamento de uma empresa. Diante disso, o presente artigo teve como objetivo verificar se as empresas do segmento de papel e celulose, que possuem suas ações negociadas na BOVESPA, estão evidenciando seu capital intelectual. Para isso, fez-se necessário à utilização e análise dos documentos relativos às notas explicativas e aos relatórios da administração das empresas que se enquadram no segmento de papel e celulose, referentes ao ano de 2006. Por fim, dentre os resultados encontrados, percebeu-se que são sete as empresas que se enquadram registradas no referido segmento, e que todas as empresas evidenciam, de uma forma ou de outra, informações relativas ao capital intelectual, estando 16% delas apresentadas por meio de notas explicativas e a maioria, ou seja, 84% por meio dos relatórios da administração, destacando-se que as empresas de maior faturamento tendem a evidenciar uma maior quantidade de informações relacionadas com a formação do capital intelectual.

Palavras-chave: Segmento de papel e celulose. Evidenciação. Capital intelectual.

Área Temática: Gestão do Conhecimento e Capital Intelectual.

1 Introdução

Os processos de fusões e incorporações ocorridos a partir da década de 80 evidenciaram que em algumas transações o mercado validou o patrimônio das empresas em valores superiores ao valor contábil, a exemplo da Kibom, que foi vendida por R\$ 900 milhões quando seu patrimônio equivalia a 30% deste (MARION, 2007). Em muitas situações, a explicação para tal diferença é apontada como resultado dos ativos intangíveis presentes no patrimônio avaliado. Apesar dos registros sobre a preocupação de identificar e mensurar os patrimônios intangíveis datarem de séculos, e a própria contabilidade discuti-la desde o início do século XX, a partir desses eventos, talvez por atingirem cifras de bilhões de dólares, os estudiosos passaram a se preocupar ainda mais com o tema.

O mercado mostrou que os investidores vêem além do patrimônio físico. O valor de uma empresa não é mensurado exclusivamente com base nos elementos tangíveis. Transações comprovam que em alguns casos o patrimônio físico era o que menos valia no processo de negociação. Ou seja, o valor da empresa estava no patrimônio invisível, que ela desenvolveu e lhe proporcionou uma participação sustentável e promissora no mercado, assegurando aos seus proprietários rentabilidade estável e acima das demais entidades do setor.

Esse fenômeno também ocorre nas empresas do segmento de papel e celulose do Brasil. A Suzano e a Votorantim adquiriram a Ripasa S/A pagando um ágio de R\$ 1,4 bilhões. A Aracruz estima, em seu Relatório de Administração de 2006, que possui um valor

de mercado de US\$ 6,3 bilhões, enquanto que seu patrimônio contábil é de US\$ 2,2 bilhões. Enquanto que a valorização média das ações na Bolsa de Valores de São Paulo, em 2006, foi de 33%, as ações da Suzano variaram 85%.

Este segmento é de grande importância para a economia brasileira, produzindo 1,4% do PIB nacional, mais do que muitos Estados da federação, e gerando 100 mil empregos diretos e milhares de indiretos, distribuídos em 16 Estados e 450 municípios brasileiros (LEONEL, 2004). Empresas nacionais participam do mercado mundial, a exemplo da Aracruz que é responsável por 27% dos negócios com celulose de eucalipto, realizando 98% dessas operações na Europa, Ásia e América do Norte.

Devido ao processo de globalização, as empresas brasileiras planejam cada vez mais abrir novos mercados. A Aracruz pretende dobrar sua produção de celulose de fibras curtas, objetivando suprir 25% da demanda mundial. A Votorantim tem projetos em andamento que aumentarão em 2 milhões de toneladas a produção de celulose nos próximos anos. Em 2006, a Suzano investiu R\$ 1,4 bilhões em uma nova unidade fabril com o objetivo de aumentar a produção de celulose em 1 milhão de toneladas. Os investimentos da Klabin no mesmo ano foram de R\$ 836 milhões.

Percebe-se, portanto, que a integração dos mercados e os vultosos investimentos exigem que os empresários do setor procurem constantemente por parceiros e financiadores. Estes, por sua vez, buscam nas demonstrações contábeis informações relativas à empresa e que possam influenciar, em suas opiniões, sobre o potencial de geração de lucros, além das informações tradicionais, uma vez que essas demonstrações visam apresentar a situação econômica, financeira e patrimonial de uma empresa aos seus mais diversos usuários.

Essas informações, além das tradicionais, estão relacionadas aos investimentos que a empresa faz com a consolidação da marca, treinamento de funcionários e executivos, investimento em estrutura organizacional, integração às evoluções tecnológicas, adoção de políticas de bom relacionamento com os funcionários e clientes, entre outras, que são caracterizadas como capital intelectual, gerando valor para a empresa (*goodwill*).

Diante desse cenário, pergunta-se: os empresários do segmento de papel e celulose fornecem informações relativas ao capital intelectual de suas empresas aos seus potenciais investidores?

O objetivo deste trabalho é, portanto, investigar, se as notas explicativas e relatórios de administração evidenciam elementos referentes ao capital intelectual das empresas do segmento de papel e celulose, listadas na Bovespa.

A pesquisa será desenvolvida com base na proposta de estruturação do capital intelectual apresentada por Nagano, Matheus e Merlo (2005, apud RODRIGUES, 2005), que relaciona como seus componentes: o capital humano, capital estrutural e o capital de relacionamento. A base de dados (notas explicativas e relatórios de administração) foi extraída do sítio da Bovespa, <http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>, e refere-se ao exercício social de 2006.

Objetivando responder ao problema de pesquisa, inicialmente serão quantificadas, por relatório objeto do estudo, e por empresa, as informações geradoras de capital intelectual, classificadas em Capital Humano, Capital Estrutural e Capital de Relacionamento. Em seguida, a partir dos dados identificados e organizados, será observado se as empresas divulgam ou não as informações sobre capital intelectual. Caso divulguem, observar-se-á qual relatório é o mais utilizado e qual perfil das empresas que mais evidenciam.

2 Segmento de papel e celulose

De acordo com a BOVESPA, as empresas do segmento de papel e celulose são responsáveis por 1,4% do PIB brasileiro e encontram-se inseridas no setor de materiais

básicos, sub-setor de madeira e papel, estando atualmente em um estágio de franca expansão, representando um dos mais significativos setores industriais espalhados pelo mundo.

A produção brasileira relacionada a esse segmento correspondia no ano de 2006 à cerca de 50% da produção de celulose de eucalipto a nível mundial, cuja expressividade pode ser explicada em virtude da disponibilidade de recursos florestais existentes nos países da América Latina.

Segundo a Associação Brasileira de Papel e Celulose (BRACELPA), o uso dos materiais celulósicos no Brasil surgiu em 1790, e foram inicialmente concebidos mediante a utilização da embira, do tronco de bananeira, da pita e do gravatá.

Todavia, apenas em meados dos anos 40 foi que a produção de celulose começou a se desenvolver em escala industrial no Brasil, com o cultivo do pinheiro, que posteriormente foi substituído pelo eucalipto, e que rende uma fibra mais curta.

No ano de 2006, a BRACELPA registrou um crescimento de 8% na produção de pastas celulósicas em relação ao ano anterior, o que rendeu aos produtores mais de 11,2 milhões de toneladas do produto, sendo aproximadamente de 1,5 milhões de toneladas em pastas de fibra longa, 9,3 milhões de toneladas em pastas de fibras curtas e 500 mil toneladas em pastas de alto rendimento.

Essa mesma associação nesse período registrou também no segmento de papel, uma variação de 1,48% em relação a 2005, produzindo mais de 8,7 milhões de toneladas de papel, que incluía a fabricação de papel para imprensa, impressão, escrita, embalagem, fins sanitários, papel-cartão, cartolinas, dentre outros.

O aumento nos números relativos ao processo produtivo da pasta celulósica e do papel no ano de 2006 deveu-se principalmente ao aumento crescente da área de reflorestamento, que no fim do ano de 2005 atingiu o patamar de 224.990 hectares e com o cultivo predominante do eucalipto.

3 Evidenciação

A contabilidade tem o propósito de apresentar as realidades econômicas, patrimoniais, financeiras, legais, sociais e físicas de uma empresa em um dado momento ou período, por meio da realização do processo de elaboração e publicação das demonstrações contábeis, que devem ser expostas à apreciação dos usuários atuais e potenciais, como forma de permitir o conhecimento e análise da situação da empresa.

Esse processo de evidenciação, de acordo com Iudícibus (2000), está voltado ao objetivo da contabilidade enquanto instrumento que garante a emissão de informações diferenciadas para diversos usuários, podendo a mesma ser representada de várias formas e métodos, como: demonstrações contábeis, notas explicativas ou de rodapé, quadros ou demonstrativos complementares, comentários realizados pelo auditor independente e relatórios emitidos pela administração.

As demonstrações contábeis representam, nesse contexto, a situação de uma empresa, cuja origem de seus resultados advém dos livros, registros e documentos que fazem parte de seu sistema contábil e que permitem a sua operacionalização.

Segundo a Lei nº 6.404/76, as empresas devem incorrer com a elaboração do balanço patrimonial, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, demonstração do resultado do exercício, bem como da demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado (S/A de capital aberto) e notas explicativas, que devem ser complementadas, quando necessário, por quadros analíticos ou demonstrações contábeis de caráter não-obrigatório.

O atendimento dos objetivos esperados das demonstrações contábeis está atrelado ao atendimento das características qualitativas da informação, uma vez que a contabilidade funciona como um sistema informacional que auxilia os usuários externos e internos a

conhecerem os procedimentos e práticas adotadas pela empresa, bem como os auxiliando no processo de tomada de decisão sobre políticas de investimento e crescimento.

Dessa forma, o processo de evidenciação da contabilidade tem o propósito de fornecer informações úteis aos usuários e atender as características qualitativas da informação, que segundo Hendriksen e Van Breda (1999) devem gerar benefícios superiores ao custo de sua aquisição, ser relevante, passível de confiabilidade, comparável com outras instituições do mesmo ramo ou entre períodos, bem como apresentar informações materiais que possam influenciar a tomada de decisão desses usuários.

Essa metodologia de apresentação das demonstrações contábeis parte do pressuposto de que as informações contidas em seu conteúdo são justas, plenas e adequadas ao processo de tomada de decisão, e sobre as quais se faz necessário que se estabeleça e conheça antes de tudo, a finalidade da informação, a quantidade necessária para a tomada de decisão e a sofisticação dos seus usuários.

Cabe frisar, que o processo de evidenciação respaldado nas demonstrações contábeis tem o poder de sintetizar e comunicar aos usuários os fatos ocorridos na empresa durante o desenvolvimento de seu processo operacional, dando ênfase aos eventos relevantes e que podem influenciar os usuários no momento de tomar uma decisão, uma vez que o volume e a complexidade das informações nem sempre contribuem ao entendimento dos usuários.

3.1 Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis de uma forma geral visam apresentar aos seus mais diversos tipos de usuários os principais fatos reconhecidos e registrados pela contabilidade, gerando informações financeiras úteis que possam ser utilizadas como instrumentos passíveis de comparabilidade entre empresas do mesmo ramo ou como forma de observar a evolução da empresa ao longo do tempo.

Segundo a FIPECAFI (2003), as empresas devem proceder com a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis junto aos seus usuários atuais e potenciais, permitindo-lhes a possibilidade de tomada de decisão. Esse processo funciona como uma espécie de prestação de contas das atividades realizadas pelos gestores da empresa e devem englobar a apresentação do relatório da administração, as demonstrações contábeis em si, as notas explicativas, e quando cabível os pareceres de auditoria e do conselho fiscal.

Nesse sentido, as demonstrações contábeis simbolizam o produto final advindo do processo contábil, que devem ser divulgadas anualmente e que visam comunicar o desempenho operacional da empresa aos seus usuários atuais e potenciais, bem como fornecer elementos seguros e suficientes para a sua respectiva análise e tomada de decisão.

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999) existem discussões no que diz respeito a esses níveis de evidenciação, formas e métodos de divulgação das informações de caráter financeiro de uma empresa, haja vista a crescente demanda dos usuários por informações contábeis que permitam conhecer as políticas da empresa e o seu conseqüente reflexo no segmento em que atua.

Dessa forma, as demonstrações contábeis padronizadas pelos órgãos reguladores, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), dentre outros, devem atuar em paralelo com as informações complementares que facilitam o processo de comunicação e informem aos usuários as potencialidades da empresa.

No entanto, embora esses demonstrativos de caráter complementar facilitem o processo de comunicação e conseqüentemente a tomada de decisão junto aos usuários, eles recaem no problema da falta de padronização e dificuldade de comparabilidade entre as informações fornecidas de forma adicional, como acontece com os relatórios da administração

e as notas explicativas, que são exigidas respectivamente como forma de validar as práticas da empresa e apresentar o conteúdo das contas das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis são instrumentos de evidenciação que, conforme já mencionado, apresentam informações resumidas sobre os atos praticados no gerenciamento das atividades de uma empresa e que para dimensionar a qualidade das informações utiliza-se da elaboração de notas explicativas, que esclarecem o conteúdo das contas e as práticas adotadas.

De acordo com a FIPECAFI (2003) essas notas explicativas são de caráter obrigatório e fazem parte das demonstrações contábeis, funcionando de forma a complementá-las, evidenciando com maior clareza e transparência todos os fatos e práticas adotadas pelos gestores em relação às atividades operacionais da empresa.

Segundo a Lei nº. 6.404/76, as notas explicativas representam um espaço para se expor às informações adicionais e de caráter esclarecedor, como a natureza das contas, os saldos e as transações ou eventos que necessitam de ajustes, mudança de práticas ou retificações de forma ordenada e clara para o entendimento dos usuários.

Cabe frisar que essas informações fornecidas mediante a constituição das notas explicativas precisam ser antes de tudo, pertinentes à avaliação da situação e evolução patrimonial de uma empresa, bem como do resultado do exercício, e servir como fonte de esclarecimento das práticas contábeis que foram adotadas pelos gestores.

Por sua vez, o relatório da administração representa uma carta da diretoria e funciona como uma espécie de documento complementar as demonstrações contábeis que, segundo Hendriksen e Van Breda (1999), deve ser fornecida pelo administrador e expressar de forma narrativa todas as informações financeiras relevantes e referentes ao processo de tomada de decisão da cúpula de gestores.

Dessa forma, o relatório da administração não deve possuir finalidades econômicas, mas sim administrativas, uma vez que tratam da evidenciação de assuntos relacionados ao desempenho das atividades da empresa, as suas políticas de investimento, as atividades sociais realizadas e as perspectivas de crescimento do setor.

Esse relatório simboliza uma peça importante no processo de evidenciação das informações contábeis junto aos usuários externos, haja vista que ele é um meio de comunicação de fácil entendimento que expressa o cenário sobre o qual a empresa encontra-se inserida, bem como apresenta comentários e análises corporativas, setoriais e financeiras.

Entretanto, de acordo com a FEPECAFI (2003), por essa peça contábil ser um instrumento que apresenta as atividades realizadas pela diretoria, ela costuma ser bastante otimista e dando uma maior ênfase aos pontos positivos advindos do desempenho da empresa, no que diz respeito ao processo de gestão.

4 Ativos

A FIPECAFI (2003) costuma conceituar os ativos como bens e direitos de propriedade da empresa, que são oriundos das aplicações de recursos efetuados em eventos passados. Todavia de acordo com Santos, Schimtd e Fernandes (2006) essa não é a sua conceituação mais adequada, uma vez que ela apenas trata dos componentes do ativo e não de sua definição propriamente dita.

Corroborando com essa idéia, Hendriksen e Van Breda (1999), definem ativos como prováveis benefícios econômicos futuros, que são obtidos ou controlados por uma entidade em particular e que resultam de eventos ou transações passadas.

Nesse sentido, as principais características de um ativo residem na observância do potencial de geração de benefícios econômicos futuros, atrelados a bens ou direitos passíveis

de troca, que geram direitos exclusivos a uma entidade e que devem estar sob sua propriedade, posse ou controle.

Dessa forma, uma vez compreendido e definido o que são os ativos, a preocupação seguinte diz respeito às formas de mensuração e evidenciação dos itens que compõem o ativo, de forma a melhor representá-los no patrimônio das empresas.

Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam que a mensuração dos ativos tem trazido inúmeras divergências no âmbito do pensamento contábil, haja vista que os historiadores e futuristas tem opiniões contrárias quanto ao entendimento de qual seria a melhor forma de mensurá-lo, se pelos valores de entrada ou de saída.

Apoiando esse entendimento, Santos, Schimtd e Fernandes (2006), apresentam como forma de mensuração dos ativos pelo valor de entrada, o custo histórico, o custo histórico corrigido, o custo corrente ou o custo corrente corrigido, bem como o dos valores de saída, o valor de liquidação, o valor líquido realizável, o equivalente de caixa corrente ou o valor presente do fluxo de benefícios futuros.

Com isso, percebe-se que se torna difícil chegar a um denominador comum quanto à metodologia ideal de mensuração de ativos, cabendo ao gerenciador da informação contábil conhecer os diferentes tipos de mensuração existentes e aplicar aqueles que sejam condizentes com a realidade da empresa e que possam atender da melhor forma possível aos interesses dos usuários dessas informações.

A dificuldade encontrada no que diz respeito à mensuração dos ativos parece ser maior quando se trata de ativos carentes de substância física, cujo reconhecimento e mensuração necessitam de cuidados especiais, assim como alguns ativos tangíveis, que apresentam problemas quando do momento de sua identificação, e sobre o qual se deve obedecer primeiramente às características essenciais dos ativos e aos critérios de subjetividade da mensuração dos benefícios futuros.

Segundo Marion (2007), em seu artigo que trata das “Reflexões sobre os ativos intangíveis”, até a década de 80 a preocupação dos contadores residia apenas no processo de avaliação do ativo tangível (bens físicos e materiais) e essa realidade só começou a se modificar com o advento das fusões e incorporações que surgiram na Europa e EUA, nas duas décadas posteriores e que revelaram um valor econômico de venda superior ao registrado pela contabilidade.

Toda essa mudança no processo de avaliação de empresas passou então a se voltar ao valor dos ativos intangíveis (bens incorpóreos), que surgiu coincidentemente com o desenvolvimento da Era do conhecimento, e que passou a se preocupar com a identificação e mensuração desses itens, sobre o qual se destacam o capital intelectual e o *goodwill*.

Nesse sentido, de acordo com Santos, Schimtd e Fernandes (2006), os ativos intangíveis podem ser entendidos como bens que não podem ser tocados, são controlados pela empresa e são possuidores de potencial para a geração de benefícios futuros.

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999), esses itens caracterizam-se pela inexistência de usos alternativos e transferência do potencial a outro ativo, bem como a impossibilidade de se desvincular o valor dos ativos intangíveis de seus bens físicos e a incerteza quanto à possibilidade da geração desses benefícios futuros.

Entretanto, quando se fala em reconhecimento dos ativos intangíveis surgem problemas quanto ao grau de incerteza de que o gasto realizado proporcionará fluxos de caixa futuros, bem como se haverá a possibilidade de confrontação dos benefícios futuros a receita gerada e a conseqüente amortização, bem como da impossibilidade de se mensurar alguns ativos dessa natureza.

Conforme Santos, Schimtd e Fernandes (2006) a criação desses ativos intangíveis deve está atrelada a alguns fatores relacionados à eficiência da propaganda (*marketing*) junto aos clientes, a manutenção de sua fidelidade (clientela contínua), o estabelecimento de boas

relações com os empregados, à utilização de tecnologias que agilizem o processo de comunicação dos clientes, bem como a manutenção da imagem e reputação da empresa junto aos mesmos e a habilidade administrativa.

Dentre a lista de ativos intangíveis existentes percebe-se que os mesmos podem ser classificados em: intangíveis identificáveis, que são passíveis de identificação e podem ser separados quando a entidade pretende vender, alugar e trocar, como as marcas, patentes, direitos autorais, dentre outros; e intangíveis não-identificáveis que são difíceis de mensurar, identificar e separar do ativo tangível, como o *goodwill* e o capital intelectual.

Por sua vez, nos últimos anos, tem-se percebido uma modificação na estrutura da sociedade, advinda do processo de globalização e do avanço tecnológico, que consequentemente aproxima os mercados, movimenta a economia e facilita o acesso às informações.

Nesse sentido, Antunes e Martins (2002) afirmam que estamos em um processo de transição, em que passando da Sociedade industrial para a da Era do conhecimento, que valoriza o capital humano e têm gerado benefícios intangíveis às empresas, como o capital intelectual.

Marion (2007) afirma em seu artigo que trata das “Reflexões sobre os ativos intangíveis”, que essa discussão é antiga e que muitos pensadores vêm tratando sobre o que seria o capital intelectual dentro de uma empresa, bem como qual a definição e método de mensuração mais adequado.

No entanto, Antunes e Martins (2002) definem o capital intelectual como um conjunto de benefícios intangíveis que adicionam valor à empresa e seu valor se dar mediante a diferença entre o seu valor de mercado e o valor contábil.

Já no que diz respeito ao processo de mensuração do capital intelectual, Antunes e Martins (2002), bem como Schmidt, Santos e Martins (2006), apresentam o modelo de mensuração do capital intelectual desenvolvido pela Skandia em 1995 e que foi divulgado como um relatório suplementar às demonstrações contábeis da empresa.

Esse relatório fez menção às práticas que foram adotadas no ano de 1994, apresentando grupos relacionados ao foco financeiro, clientes, processos, renovação e desenvolvimento, e humano, que auxiliou os gestores das empresas a estabelecer indicadores de medição do desempenho para a empresa.

Com isso, Schmidt, Santos e Martins (2006), entende que a construção do conceito de capital intelectual deve vincular-se a alguns fatores que não estão expressos nas demonstrações contábeis, como o treinamento constante dos empregados, a lealdade dos clientes, a qualidade, a rapidez no atendimento aos pedidos de assistência técnica, dentre outros, que agrega valor à empresa e geram a potencialidade do capital intelectual.

Diante dessas discussões e frente à atual realidade do processo de evidenciação das demonstrações contábeis em apresentar informações relativas a eventos passados, percebe-se que há uma lacuna quanto ao entendimento do potencial de uma empresa em relação ao futuro, como acontece com o valor econômico advindo da capacidade intelectual humana, que está voltada à potencialidade de geração de benefícios futuros e vantagens competitivas da empresa.

Dessa forma, utilizando a estrutura apresentada por Nagano, Matheus e Merlo (2005, apud Rodrigues, 2007), consideraram-se como elementos criadores de capital intelectual o capital humano, o capital estrutural e o capital de relacionamentos.

O capital humano representa a competência e principalmente a capacidade intelectual dos funcionários. Geralmente a empresa pode obter tal benefício contratando um funcionário “pronto” ou preparando-o através de programas de treinamentos, motivação, incentivos financeiros, entre outros.

O capital estrutural é a infra-estrutura da empresa, que apóia o capital humano e está relacionado aos sistemas de informática, a estrutura organizacional, os processos internos, os equipamentos, as pesquisas e desenvolvimento de produtos, dentre outros.

Segundo Stewart (1998, apud Rodrigues, 2007), esse capital estrutural deve ter como objetivo, o acúmulo do estoque de conhecimento dos funcionários e propiciar agilidade no fluxo de informações internas da empresa.

O capital de relacionamento se refere ao bom relacionamento que a empresa possui com os seus funcionários, fornecedores e clientes, que são adquiridas a partir da adoção de uma política de comprometimento, comunicação, bom atendimento, confiabilidade, entre outros.

5 Metodologia

A metodologia da pesquisa representa um direcionador para o pesquisador, uma vez que o mesmo apresenta os caminhos necessários para se atingir os objetivos-fins do estudo, devendo atender ao seu problema de pesquisa e obedecer a um encadeamento lógico de idéias.

Nesse sentido, Gil (1991) afirma que esse item é o mais difícil de elaborar, uma vez que o mesmo deve permitir a ordenação de um procedimento racional e sistemático que proporcione respostas satisfatórias aos problemas propostos pelo estudo.

Portanto, o presente artigo trata-se de um estudo teórico-empírico, que partiu de uma análise exploratória baseada em estudos bibliográficos e chegou ao processo de análise documental, pertinente as notas explicativas e relatórios da administração das empresas do segmento de papel e celulose, referentes ao ano de 2006 e que divulgaram suas demonstrações contábeis na BOVESPA.

Dessa forma, conforme afirma Cervo e Bervian (1996), a pesquisa bibliográfica busca elucidar um problema baseando-se em publicações anteriores sobre o assunto, sendo constituída principalmente por livros, artigos científicos de revistas e sítios da Internet.

Já no que diz respeito à pesquisa de cunho documental, Gil (1991) assegura que a mesma é semelhante à pesquisa bibliográfica e que se diferencia dessa apenas quanto da utilização de materiais que ainda não recebeu nenhum tipo de tratamento analítico e sobre os quais se possam tirar conclusões.

O processo de pesquisa se desenvolveu então, por meio da observação do conteúdo das notas explicativas e relatórios da administração das empresas do segmento de papel e celulose, quanto ao processo de evidênciação de indícios que caracterizem o capital intelectual.

No caso específico da pesquisa, foram extraídas as seguintes informações dos relatórios estudados, as quais foram classificadas por elementos criadores de capital intelectual:

- Capital humano: gastos com treinamento de pessoal; adoção de políticas de motivação, de desenvolvimento interno da empresa, de atribuição de resultados; gastos com benefícios assistenciais e previdenciários, como plano de saúde, creches, auxílio alimentação, entre outros.
- Capital estrutural: gastos com pesquisas e desenvolvimento; investimentos em sistemas de informação, em modelos organizacionais, em tecnologia; investimentos em ampliação do parque industrial, em aquisição de terrenos e florestas, em construção de fontes próprias de energia; adoção de políticas de revisão de estrutura organizacional e gerencial, visando aperfeiçoar os processos de produção e informação, entre outros.
- Capital de relacionamento: gastos com propaganda e publicidade da marca da empresa; adoção de políticas de cumprimento de compromissos, bom relacionamento e atendimento

junto a clientes e fornecedores, gerando uma boa reputação; recebimento de certificações; contratos de parceria; investimentos em comunicação com o cliente, entre outros.

6 Evidenciação do capital intelectual nas empresas do segmento de Papel e Celulose

Baseando-se nos conceitos apresentados sobre evidenciação e ativo intangível, em especial de capital intelectual, as notas explicativas e os relatórios de administração foram analisados com o objetivo de identificar, no seu conteúdo, informações que possam influenciar na opinião do analista externo sobre a potencialidade da empresa em gerar lucros futuros acima da expectativa de mercado.

As empresas que integram o segmento de papel e celulose, listadas na Bovespa, encontram-se apresentadas no Quadro 1, por ordem de receita líquida consolidada no ano de 2006, em virtude do acesso a tais informações e em observância ao valor líquido que a empresa consegue gerar com o desenvolvimento de suas atividades.

EMPRESA	RECEITA LÍQUIDA (R\$ MIL)	ATIVIDADE PRINCIPAL
Aracruz Celulose S.A.	889.102	Produção de celulose de fibra branqueada de eucalipto.
Votorantim Celulose e Papel S.A.	881.217	Fabricação de papel e celulose
Suzano Papel e Celulose S.A.	809.323	Fabricação de celulose e outros produtos de essências florestais.
Klabin S.A.	690.540	Ind. Papel, celulose, embalagem, floresta e reflorestamento.
Companhia Melhoramentos de São Paulo S. A.	110.773	Mercado editorial e comercial de livros, a indústria de papéis e seus derivados.
Melpaper S.A.	102.419	Indústria de papéis para fins sanitários.
Celulose Irani S.A.	81.176	Fabricação de papel, celulose e seus derivados.

Fonte: Bovespa (2007).

QUADRO 1 – Empresas do segmento de papel e celulose registradas na BOVESPA, 2006

Dessa forma, a intenção foi de identificar quais informações podem ser consideradas como capital intelectual e contribuam para a construção de um *goodwill* nas empresas analisadas, fazendo com que suas ações valorizem mais que o mercado ou, no caso de venda da empresa, o valor da transação seja superior aos ativos líquidos valorados ao mercado.

As análises e discussões foram retiradas, por conseguinte, das notas explicativas e relatórios de administração. No primeiro momento serão apresentadas as quantidades de informações identificadas como geradoras de capital intelectual, as quais serão classificadas em capital humano (CH), capital estrutural (CE) e capital de relacionamento (CR).

Em seguida, serão descritos os tipos de informações mais frequentes, por elemento gerador de capital intelectual e será apresentada uma análise geral do entendimento adquirido com a análise das empresas.

6.1 Análise das Notas Explicativas

As quantidades de informações geradoras de capital intelectual, que foram identificadas nas notas explicativas podem ser observadas no Quadro 2:

EMPRESA*	CH	CE	CR	TOTAL
Aracruz Celulose S.A	0	0	1	1
Votorantim Celulose e Papel S.A	2	0	1	3
Suzano Papel e Celulose S.A	1	2	2	5
Klabin S.A.	1	0	0	1
Companhia Melhoramentos de São Paulo S. A.	0	1	0	1
Melpaper S.A.	0	0	0	0
Celulose Irani S.A.	0	0	0	0
TOTAL	4	3	4	11

* As empresas estão em ordem decrescente de receita líquida em 2006.

Fonte: Elaborado pelos autores.

QUADRO 2 – Informações sobre capital intelectual nas notas explicativas

Ao analisar as informações contidas no quadro anterior, observa-se um equilíbrio entre os tipos de elementos geradores de capital intelectual. Em relação ao capital humano, as informações identificadas foram relativas à concessão de previdência privada e assistência médica aos seus funcionários.

Quanto ao capital estrutural, as informações foram relativas a investimentos em projetos que visam aumentar a produção e o conseqüente faturamento das empresas. Já em relação ao capital de relacionamento, as informações identificadas foram assinaturas de contratos de parcerias com concorrentes.

Sobre o perfil das empresas que divulgaram informações de capital intelectual, e considerando que as mesmas estão dispostas em ordem decrescente da receita líquida em 2006, nota-se uma propensão a evidenciar pelas que obtiveram maior faturamento: Aracruz, Votorantim e Suzano, com destaque para esta. Já as duas últimas no ranking de receita líquida, Melpaper e Celulose Irani, não divulgaram o capital intelectual nas notas explicativas.

6.2 Análise dos Relatórios de Administração

As quantidades de informações geradoras de capital intelectual, que foram identificadas nos relatórios da administração podem ser observadas abaixo (Quadro 3):

EMPRESA*	CH	CE	CR	TOTAL
Aracruz Celulose S.A	8	5	9	22
Votorantim Celulose e Papel S.A	0	5	0	5
Suzano Papel e Celulose S.A	2	5	2	9
Klabin S.A.	1	5	1	7
Companhia Melhoramentos de São Paulo S. A.	0	1	0	1
Melpaper S.A.	1	2	1	4
Celulose Irani S.A.	3	6	2	11
TOTAL	15	29	15	59

* As empresas estão em ordem decrescente de receita líquida em 2006.

Fonte: Elaborados pelos autores.

QUADRO 3 – Informações sobre capital intelectual nos relatórios da administração

Nota-se nos Relatórios de Administração que a quantidade de informações que geram capital estrutural, 29, é quase o dobro dos demais elementos geradores do capital intelectual,

havendo um equilíbrio entre as informações do capital humano e o capital de relacionamento, 15.

Em relação ao capital humano, as principais informações identificadas foram os programas de treinamentos para executivos e funcionários, e adoção de política de participação nos resultados da empresa.

No que diz respeito ao capital estrutural, as informações foram relativas a investimentos em projetos de ampliação do parque industrial, aquisição de terras e florestas para o plantio de madeira e pesquisas na área de desenvolvimento de mudas e clones de plantas.

Já em relação ao capital de relacionamento, observa-se que a maioria das empresas do segmento de papel e celulose ressalta a posse de certificações nacionais e internacionais para a exploração de madeiras.

Sobre o perfil das empresas que divulgaram informações de capital intelectual, nota-se que a empresa de maior faturamento no segmento, a Aracruz, foi também a que mais evidenciou em 2006.

Entretanto, percebe-se que a Aracruz ressaltou os investimentos no Capital Humano e de Relacionamento, enquanto que as demais empresas enfatizaram as informações de investimentos no Capital Estrutural.

A Votorantim, apesar de ser a segunda no *ranking* de faturamento no ano de 2006, teve uma evidenciação de capital intelectual bem inferior a Aracruz, praticamente igualando o número de informações prestadas pela Melpaper, que possui um faturamento oito vezes menor.

A Celulose Irani, apesar de em 2006 ser a última em faturamento no segmento, explorou as informações de capital intelectual, obtendo o 2º lugar no ranking de divulgação através do relatório de administração.

6.3 Análise Geral de Divulgação do Capital Intelectual

O nível de evidenciação, por tipo de capital intelectual, que foi observado no decorrer da pesquisa pode ser visualizado abaixo (Figura 1):

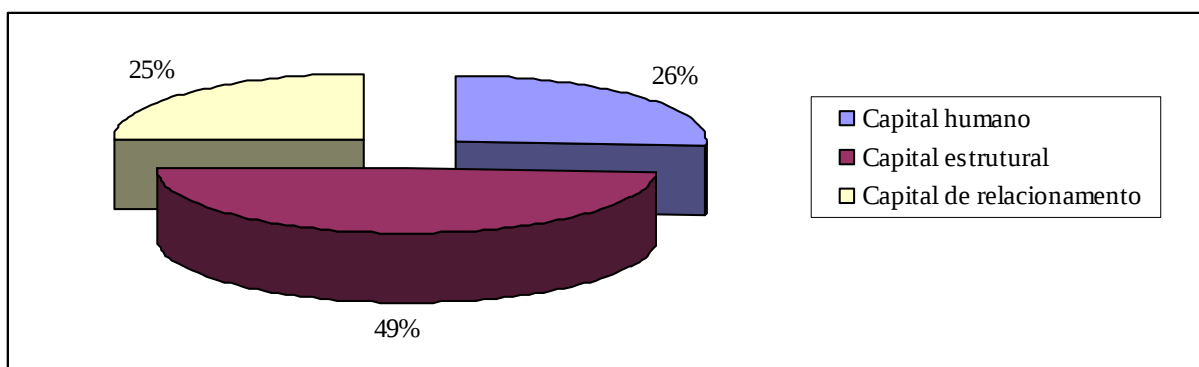


FIGURA 1 – Evidenciação por tipo de capital intelectual

Nota-se que as empresas apresentam em maior escala informações sobre o Capital Estrutural, 49 %, relatando principalmente os projetos de ampliação do parque industrial e de aquisição de terras e florestas.

Por sua vez, essas informações geralmente vêm acompanhadas dos valores investidos, estimativa de ano de conclusão e perspectivas de crescimento de produção. Basicamente

numa mesma proporção, as empresas divulgam informações sobre o Capital Humano e de Relacionamento, 26% e 25 %, respectivamente.

EMPRESA*	CH	CE	CR	TOTAL
Aracruz Celulose S.A	8	5	10	23
Votorantim Celulose e Papel S.A	2	5	1	8
Suzano Papel e Celulose S.A	3	7	4	14
Klabin S.A.	2	5	1	8
Companhia Melhoramentos de São Paulo S. A.	0	2	0	2
Melpaper S.A.	1	2	1	4
Celulose Irani S.A.	3	6	2	11
TOTAL	19	32	19	70

* As empresas estão em ordem decrescente de receita líquida em 2006.

Fonte: Elaborado pelos autores.

QUADRO 4 – Evidenciação das informações prestadas pelas empresas, por tipo de capital intelectual

Considerando que as empresas estão dispostas em ordem decrescente de receita líquida em 2006, observa-se que a empresa que mais evidencia é também a que obteve o maior faturamento líquido, a Aracruz Celulose S. A.

Nota-se, então, de acordo com o Quadro 4, que a propensão à divulgação de capital intelectual guarda relação com o faturamento da empresa, sendo uma exceção a Celulose Irani S. A., que apesar de ser a última em faturamento entre as empresas analisadas, adotou uma política de evidência superior a Votorantim e Klabin.

Assim, as quatro empresas com faturamento entre R\$ 690 a 890 milhões divulgaram em média 13,25 tipos de informações diferentes a respeito do capital intelectual, enquanto que as empresas Melhor São Paulo e Melpaper, que obtiveram faturamento no ano de 2006 em torno de R\$ 105 milhões, divulgaram em média três informações sobre esta natureza, ou seja, um quarto das informações divulgadas pelas empresas anteriores.

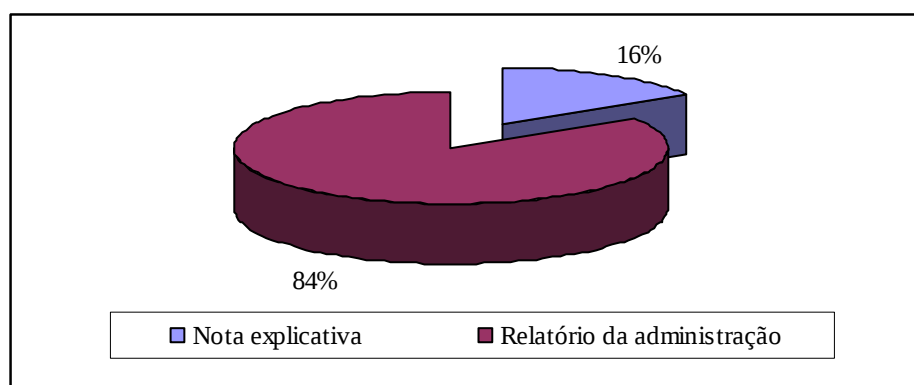


FIGURA 2 – Evidenciação por tipo de relatório

Quanto ao tipo de capital intelectual mais expressivo em termos de evidência, nota-se conforme pode ser observado na Figura 2, que em geral, as empresas enfatizam as informações do capital estrutural.

No entanto, a Aracruz, empresa que possui o maior faturamento no segmento, adotou uma política diferenciada, evidenciando um maior número as informações relativas ao capital humano e de relacionamento.

EMPRESA	NOTA EXPLICATIVA	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Aracruz Celulose S.A	1	22
Votorantim Celulose e Papel S.A	3	5
Suzano Papel e Celulose S.A	5	9
Klabin S.A.	1	7
Companhia Melhoramentos de São Paulo S. A.	1	1
Melpaper S.A.	0	4
Celulose Irani S.A.	0	11
TOTAL	11	59

Fonte: Elaborado pelos autores.

QUADRO 5 – Quantidade de informações por tipo de relatório

Com base nos dados coletados, percebe-se pelo Quadro 5 que as empresas utilizam o Relatório de Administração para evidenciar as informações que podem gerar capital intelectual. 84% foram divulgadas neste relatório, enquanto que 16% estavam expressas nas notas explicativas, e fazendo a análise por empresa, nota-se também a mesma tendência.

7 Considerações Finais

Baseado nas análises e discussões do trabalho, concluiu-se que as empresas do segmento de papel e celulose, listadas na Bovespa, evidenciam o capital intelectual ou por meio de notas explicativas e/ou do relatório da administração, sendo, portanto atingido o objetivo da pesquisa.

Observou-se que, regra geral, as empresas que mais divulgam capital intelectual são as que apresentam maior faturamento. O relatório de administração é o meio mais utilizado para a divulgação de informações desta natureza.

Notou-se, também, que as empresas enfatizam as informações do tipo capital Estrutural, ou seja, evidenciam principalmente os investimentos em ampliação da planta fabril e aquisição de terras e florestas, demonstrando suas potencialidades futuras em aumentar a produtividade e os consequentes índices de rentabilidade.

Destaca-se ainda que a Aracruz, empresa de maior faturamento no segmento, diferente das demais empresas do estudo, prioriza as informações do tipo capital humano e capital de relacionamento.

O resultado da pesquisa demonstra que as empresas do segmento, principalmente as que tiveram maior faturamento em 2006, valorizam e divulgam, nos relatórios off balance, as informações geradoras de *goodwill*. Ou seja, as empresas sabem que os investidores vêm além do patrimônio físico e buscam informações que possam influenciá-los na opinião sobre o potencial futuro de geração de lucro. A divulgação de toda informação caracterizada como capital intelectual é importante para o aumento do universo de potenciais investidores e clientes, contribuindo assim para o sucesso futuro e sustentável do negócio.

Finalmente, recomenda-se que novas pesquisas desta natureza possam ser realizadas em empresas de outros ramos e segmentos e, num processo evolutivo, estudos com o objetivo de verificar se existe correlação entre o nível de evidenciação do capital intelectual e o valor da cotação das ações no mercado de capitais.

Referências

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; MARTINS, Eliseu. **Capital intelectual: verdades e mitos**. In Revista de Contabilidade & Finanças – USP, São Paulo, n°. 29, p. 41-54, maio/ago. 2002.

BOVESPA – Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.bovespa.com.br>. Acesso em: 25 de ago. de 2007.

BRACELPA – Associação Brasileira de Papel e Celulose. Disponível em: <http://www.bracelpa.org.br>. Acesso em: 25 de ago. de 2007.

BRASIL. Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre as sociedades por ações**. Brasília, DF: Senado, 1976.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4.^a ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades. 6.^a ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.^a ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HENDRIKSEN, Eldon S. & VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. Título original: Accounting theory. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7.^a ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEONEL, Mario Higino. **Responsabilidade social**: compromisso do setor de celulose e papel. Revista FAE BUSINESS, n°. 9, set. 2004.

MARION, José Carlos. **Reflexões sobre ativo intangível**. Disponível em: <http://www.marion.pro.br/portal>. Acesso em: 08 de ago. de 2007.

RODRIGUES, Edna de Almeida. **Análise da estrutura do capital intelectual em hotéis paulistas**: uma investigação em relação ao porte dos hotéis. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), 2007.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Teoria da contabilidade**: introdutória, intermediária e avançada. São Paulo: Atlas, 2006.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; MARTINS, Marco Antônio. **Avaliação de empresas**: foco na análise de desempenho para o usuário interno (teoria e prática). São Paulo: Atlas, 2006.